



Carta de Posição da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS)

Balanço Ético Global – 2025

Brasília, 17 de outubro de 2025

A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, apresenta à sociedade brasileira e à comunidade internacional sua posição resultante do Balanço Ético Global (BEG 2025), realizado durante sua 8ª Reunião Ordinária, em 17 de outubro de 2025, em Brasília.

Refletimos sobre a dimensão ética da crise climática, nos marcos conceituais do desenvolvimento sustentável. Em diálogos coletivos, dedicamo-nos à análise dos fundamentos éticos, políticos, econômicos, culturais e sociais que orientam as ações e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Reafirmamos nosso compromisso com sua implementação de forma participativa e integrada, fortalecendo o engajamento de múltiplos atores sociais – Estado, setor privado, sociedade civil, academia, comunidades tradicionais e populações vulnerabilizadas – como caminho indispensável para uma transição justa, horizontal e inclusiva, com vistas à eliminação da pobreza e das desigualdades, garantia de empregos decentes, geração de renda, entre outros atributos.

Enfatizamos, enquanto instância legítima de diálogo e articulação social e institucional, que **não há desenvolvimento sustentável sem ética, equidade, justiça social e climática**.

Reconhecemos o BEG 2025 como uma **inovação metodológica de matiz moral** nas negociações climáticas, fruto da participação social e do diálogo em diversos níveis e dimensões da sociedade e do Estado. Entendemos que este processo deve seguir ampliando vozes, especialmente as dos países periféricos e do Sul Global, como parte essencial de uma **governança climática ética, justa e inclusiva**.

Constatamos que a **crise climática é expressão de uma crise civilizatória**, derivada de um modelo econômico insustentável, centrado na exploração ilimitada de recursos naturais, da força de trabalho e na exclusão de amplos segmentos sociais em todo o mundo. Para além das emissões advindas de combustíveis fósseis, destacam-se cadeias produtivas invisibilizadas – como a mineração intensiva, a indústria bélica e os sistemas industriais de alto impacto –, que reforçam desigualdades e degradam ecossistemas e territórios tradicionais.

Identificamos **cinco eixos críticos** dessa crise: i. o **desequilíbrio de poder** entre corporações e populações vulneráveis; ii. a **persistência de um modelo de desenvolvimento** que reproduz e naturaliza desigualdades; iii. a **invisibilidade dos saberes tradicionais e espirituais**; iv. o **déficit educacional e comunicacional** que limita o engajamento social e intergeracional; e v. os **limites de uma governança** ainda concentrada em elites políticas e econômicas.

Diante desse diagnóstico, afirmamos a **necessidade de uma mudança de paradigma global**, que substitua a lógica da competição e do lucro pela da solidariedade, da diversidade e da interdependência. O desenvolvimento sustentável, para ser legítimo e transformador, deve estar





enraizado em **valores éticos, na justiça social, climática e na centralidade da vida em todas as suas formas.**

Nesse sentido, propomos um **conjunto de recomendações estratégicas**: a. **fortalecer a regulação e a responsabilidade corporativa**, com mecanismos éticos de monitoramento das práticas empresariais e de transparência climática; b. **promover a transição para um modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia solidária**, na agroecologia e na transição justa, em respeito às formas locais de produção e reprodução social; c. **reconhecer e proteger os saberes tradicionais e espirituais** como fontes legítimas de conhecimento e cuidado ambiental, valorizando sua dimensão simbólica como expressão de vínculo ético entre humanidade e natureza; d. **investir na ciência, na educação e na comunicação** como instrumentos de transformação cultural e ética nos mais diversos setores sociais; e. **ampliar a governança participativa** da Agenda 2030, com a adoção de um modelo **quadripartite** que assegure representação equilibrada entre **governo, setor privado, trabalhadores e sociedade civil**, reforçando mecanismos de participação direta e escuta territorial nos processos decisórios.

Recomendamos o **fortalecimento e ampliação das inúmeras experiências brasileiras** que já traduzem, no cotidiano, os princípios da Agenda 2030 - a exemplo de hortas pedagógicas, políticas participativas e associativas, programas de reciclagem, redes de economia popular e solidária, práticas comunitárias de cuidado e pertencimento a pessoas em situação de rua, entre outras. Essas iniciativas demonstram que a **transformação ética e sustentável está em curso e devem ser valorizadas, ampliadas e difundidas como exemplos concretos de ação**.

Ao compartilhar o conteúdo e o sentido político do BEG 2025, reafirmamos, perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional, o **compromisso do Brasil com uma transição justa, solidária e cooperativa, baseada na ciência e na verdade, na escuta e na corresponsabilidade entre povos e nações**.

Reiteramos que a **ética é o fundamento da sustentabilidade**, e que somente pela convergência entre ética, ciência e participação social será possível construir um futuro de paz, de justiça social e climática, de responsabilidade ecológica, com instituições democráticas sólidas.

Reafirmamos, como instância nacional responsável pelo acompanhamento da Agenda 2030 no Brasil, nosso dever de **sustentar a coerência entre discurso e prática**, transformando princípios em políticas públicas e em benefícios concretos para as pessoas e o planeta. Ao lado dos países e povos comprometidos com a justiça social e climática e a sustentabilidade, seguimos determinados a assegurar um futuro orientado por valores humanos universais, pela defesa de todas as formas de manifestações da vida, pela dignidade humana, pela diversidade de saberes e pela coragem política de fazer da ética o ponto de partida e da ciência e verdade o caminho para ação coletiva.

Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS)
Secretaria-Geral da Presidência da República – Governo Federal do Brasil

Outubro de 2025

